

**NESTA EDIÇÃO:**

DA NATUREZA CONTRATUAL DA AUTORIZAÇÃO FERROVIÁRIA PREVISTA NA  
LEI 14.273/2021 E SEUS IMPACTOS NA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE  
MEDIANTE DESAPROPRIAÇÕES E SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS



REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,  
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

# • RDAI 30

ANO 8 • n. 30 • Jul.-Set. • 2024

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,  
Regulation and Compliance*

N. 8 • ISSUE 30 • JULY-SEPT. • 2024

COORDENAÇÃO

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO E  
RICARDO MARCONDES MARTINS**

Revista  
dos Tribunais

Qualis  
A1

 Thomson  
Reuters™

# PARCERIAS ADMINISTRATIVAS TRANSNACIONAIS COM AS *STARTUPS* PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EUROPEU: UM EXAME DE JURIDICIDADE NA PERSPECTIVA DO GUIA PARA A DÉCADA DIGITAL DA UNIÃO EUROPEIA

*TRANSNATIONAL ADMINISTRATIVE PARTNERSHIPS WITH  
STARTUPS FOR EUROPEAN SUSTAINABLE DEVELOPMENT:  
AN EXAMINATION OF LEGALITY IN THE EUROPEAN  
UNION'S DIGITAL DECADE GUIDE PERSPECTIVE*

**HORÁCIO AUGUSTO MENDES DE SOUSA**

Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Especialista em Economia e Direito do Consumidor pela Universidad Castilla La Mancha – Espanha. Membro do Grupo de Pesquisa “Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais” (PPGD/FDV). Membro do Grupo de Pesquisa “Ensino e Extensão em Direito Administrativo Contemporâneo” (GDAC/UFF/PPGDC). Professor e Coordenador da Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade de Direito de Vitória. Professor de Direito Administrativo e Econômico da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo (ESPE). Professor convidado da Fundação Getúlio Vargas, LL.M Direito da Infraestrutura e Regulação (FGV) e da Pós-Graduação em Direito Regulatório da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Procurador do Estado do Espírito Santo.  
horacio.augusto.sousa@gmail.com

Orcid: [https://orcid.org/0000-0001-7912-0934].

DOI: [https://doi.org/10.48143/rdai.30.sousa].

Recebido: 10.03.2024. Received: March 10th, 2024.

Aprovado: 06.04.2024. Approved: April 6th, 2024.

ÁREA DO DIREITO: Administrativo

**RESUMO:** O presente artigo analisa se as parcerias jurídico-administrativas transnacionais com as *startups*, no âmbito da União Europeia, podem ser instrumentos para o alcance da integração e do desenvolvimento sustentável europeu, a partir dos 17 objetivos fixados pela Organização das Nações Unidas para os anos de 2015-2030, com

**ABSTRACT:** This article analyzes whether transnational legal-administrative partnerships with startups, within the scope of the European Union, can be instruments for achieving European integration and sustainable development, on the view of the 17 (seventeen) goals set by the United Nations to the years 2015-2030, with

a implementação do guia para a década digital da União Europeia. Admite-se que as parcerias transnacionais aludidas podem ser instrumentos de integração para o alcance do desenvolvimento sustentável europeu, desde que se observem certos limites e possibilidades jurídicas, a partir da concretização do guia aludido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parcerias – *Startups* – Integração – Desenvolvimento – Sustentabilidade.

the implementation of the guide for the European Union's digital decade. It is accepted that the aforementioned transnational partnerships can be instruments of integration to achieve sustainable European development, provided that certain limits and legal possibilities are observed, from the materialization of the aforementioned guide.

**KEYWORDS:** Partnerships – *Startups* – Integration – Development – Sustainability.

**SUMÁRIO:** 1. Introdução. 2. O conceito jurídico de desenvolvimento sustentável no contexto das novas tecnologias. 3. A disciplina jurídica das parcerias administrativas transnacionais com as *startups* e o exame da sua legitimidade instrumental para a promoção do desenvolvimento sustentável, tecnológico e inovador europeu: uma análise de juridicidade a partir do guia para a década digital da União Europeia. 4. Conclusões. 5. Referências bibliográficas. 6. Lista de atos normativos consultados.

## 1. INTRODUÇÃO

O<sup>1-2</sup> presente artigo pretende analisar se as parcerias jurídico-administrativas transnacionais com as *startups*, no âmbito da União Europeia, podem ser instrumentos para o alcance do desenvolvimento sustentável europeu, a partir dos 17 objetivos fixados pela Organização das Nações Unidas para os anos de 2015-2030, com a implementação do guia para a década digital da União Europeia. Como hipótese de pesquisa, admite-se que as parcerias aludidas podem ser instrumentos para o alcance da maior integração e do desenvolvimento sustentável europeu, desde que se observem certos limites e possibilidades jurídicas, a partir da concretização do guia mencionado.

1. Como citar este artigo | How to cite this article: SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Parcerias administrativas transnacionais com as *startups* para o desenvolvimento sustentável europeu: um exame de juridicidade na perspectiva do guia para a década digital da União Europeia. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura* | RDAI, São Paulo, v. 8, n. 30, p. 145-174, jul.-set. 2024. DOI: [https://doi.org/10.48143/rdai.30.sousa].
2. Artigo orientado pela Senhora Professora Doutora Dulce Lopes e realizado no âmbito da unidade curricular *Humanização do Direito Internacional*, ministrada pelos Senhores Professores Doutores Dulce Lopes e Francisco António de Macedo Lucas Ferreira de Almeida, no Doutoramento em Direito Público da Universidade de Coimbra. Publicado originalmente na *Revista Temas de Integração*, Coimbra: Almedina, n. 42, 2022.

européu, a partir de diretrizes jurídicas para as parcerias administrativas transnacionais no âmbito da União Europeia com as *startups*.

Esse caminhar jurídico no rumo da transição do campo físico para o domínio digital, no contexto maior da virtualização e digitalização da vida e das relações jurídicas, econômicas e sociais, no âmbito da União Europeia e dos respectivos Estados-membros soberanos, também reafirma, a partir da análise do conjunto sistêmico da proposta de guia europeu para a década digital, o compromisso com o alcance real das metas de desenvolvimento sustentável da ONU para os anos de 2015-2030, em busca de benefícios para o efetivo estabelecimento das ideias jurídico-políticas e tecnológicas de cidadania digital, inovação digital, empresarialidade digital e dos serviços públicos digitais.

Reforça-se, pois, a ideia jurídica da multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável, que só poderá ser assim considerando, se e na medida em que levar em conta, regular, parametrizar, mensurar, prevenir e precaver os riscos e as variáveis tecnológicas, inovadoras e digitais necessárias ao bem-estar amplo e integral dos seres humanos nas sociedades digitais hipercomplexas do acelerado século em curso.

Assim, as diretrizes fixadas no guia para a década digital na União Europeia, sob o ponto de vista da juridicidade, são dotadas de legitimidade instrumental para o aperfeiçoamento das parcerias transnacionais com as *startups*, com vistas à efetivação, real e prática, do desenvolvimento sustentável tecnológico, digital e inovador europeu.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Francisco António de Macedo Lucas Ferreira de. *Direito administrativo*. Coimbra: Almedina, 2020.
- ALMEIDA, Francisco António de Macedo Lucas Ferreira de. O princípio da não ingerência e o Direito Internacional humanitário. *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Coimbra: Coimbra Editora, v. 71, p. 373-401, 1995.
- ALMEIDA, Francisco António de Macedo Lucas Ferreira de. Relações entre o Direito Internacional e o Direito interno Português. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, n. 1, p. 215-238, 2013.
- ARAGÃO, Alexandra. Densificação jurídica do princípio daecoinovação. A inovação jurídico-ecológica como resposta adequada à emergência climática e ambiental. In: GOMES, Ana Cláudia Nascimento; ALBERGARIA, Bruno; CANOTILHO, Mariana Rodrigues (Coord.). *Direito constitucional: diálogos em homenagem ao 80º aniversário de J. J. Gomes Canotilho*. Belo Horizonte: Fórum, 2021.
- ARAGÃO, Alexandra. Ambiente. *Direito da União Europeia: elementos de direito e política da União*. In: CANOTILHO, Mariana; FROUFE, Pedro Madeira; SILVEIRA, Alessandra (Coord.). Coimbra: Almedina, 2016.

- BARROSO, Luís Roberto. *Sem data venia: um olhar sobre o Brasil e o mundo*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. Versão *e-book*.
- BOTELHO, Catarina Santos; COUTINHO, Francisco Pereira; LOPES, Dulce (Comissão Organizadora). *O princípio da proporcionalidade*. XIII encontro de professores de Direito Público. Coimbra: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *“Brançosos” e Interconstitucionalidade: itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2017.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudos sobre direitos fundamentais*. 2. ed., Coimbra: Almedina/São Paulo: Ed. RT, 2008.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Sobre a indispensabilidade de uma Carta de Direitos Fundamentais Digitais da União Europeia. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 70-75, 2019.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *The age of dignity e a dignidade da pessoa humana: cansaço do mainstream teórico-filosófico*. In: GOMES, Ana Cláudia Nascimento; ALBERGARIA, Bruno; CANOTILHO, Mariana Rodrigues (Coord.). *Direito constitucional: diálogos em homenagem ao 80º aniversário de J. J. Gomes Canotilho*. Belo Horizonte: Fórum, 2021.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. *CRP: Constituição da República Portuguesa Anotada*. São Paulo: Ed. RT, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Trad. Joana Angélica d’Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad. Roneide Venancio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- COURA, Alexandre de Castro; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. As tensões existentes entre constitucionalismo e democracia e suas repercussões na concretização de direitos fundamentais: estudo de caso à luz da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 669/DF. *Interesse Público – IP*, Belo Horizonte, ano 23, n. 129, p. 135-159, set./out. 2021.
- CUNHA, Ricardo Alexandre Sousa da. *Constituição e legalidade administrativa cosmopolita: o direito administrativo global entre a constitucionalização e a fragmentação*. Coimbra: Almedina, 2016.
- FIORAVANTI, Maurizio. *Constitución. De la Antigüedad a Nuestros Días*. Traducción de Manuel Martínez Neira Madrid: Editorial Trotta, 2001.
- FREITAS, Juarez; FREITAS, Thomas Bellini. *Direito e inteligência artificial*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. Disponível em: [www.forumconhecimento.com.br/livro/4091]. Acesso em: 20.11.2020.
- FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

- FRYDMAN, Benoit. *O fim do Estado de Direito: governar por standards e indicadores*. Trad. Mara Beatriz Krug. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.
- GONÇALVES, Pedro Costa. *Manual de direito administrativo*. Coimbra: Almedina, 2020. v. 1.
- JULIOS-CAMPUZANO, A. de. Nuevos horizontes de los derechos humanos: la crisis de la modernidad jurídica en la sociedad tecnológica. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 19, n. 3, p. 11-46, dez. 2018.
- LOPES, Dulce. A Lei de Terras de Macau: opções e inquietações. In: GOMES, Ana Cláudia Nascimento; ALBERGARIA, Bruno; CANOTILHO, Mariana Rodrigues (Coord.). *Direito constitucional: diálogos em homenagem ao 80º aniversário de J. J. Gomes Canotilho*. Belo Horizonte: Fórum, 2021.
- LOPES, Dulce. A jurisprudência do tribunal europeu dos direitos do homem vista à luz do princípio da não discriminação. *Julgar n. 14*. Coimbra: Coimbra Editora, p. 47-75, 2011.
- LOPES, Dulce. *Eficácia, reconhecimento e execução de actos administrativos estrangeiros*. Coimbra: Almedina, 2018.
- LOPES, Dulce. Plurais de cidadania: instrumentos de inclusão. In: LEAL FILHO, W.; AZUL, A. M.; Brandli, L.; LANGE SALVIA, A.; ÖZUYAR, P. G.; WALL, T. (Ed.) Paz, justiça e instituições fortes. *Enciclopédia dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU*. Springer, 2021. Disponível em: [[https://doi.org/10.1007/978-3-319-71066-2\\_116-1](https://doi.org/10.1007/978-3-319-71066-2_116-1)]. Acesso em: 16.03.2022.
- MACHADO, Jónatas E. M. *Direito da União Europeia*. 3. ed. Coimbra: Gestlegal, 2018.
- MIRANDA, Jorge. *Direitos fundamentais*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2020.
- MONCADA, Cabral de. *Direito económico*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2000.
- MOREIRA, Vital. Constitucionalismo global: o caso europeu. In: RIBEIRO, Paulo Dias de Moura; FROTA, Cristiane de Medeiros Brito Chaves (Coord.). *25 anos de diálogos jurídicos: coletânea do Seminário de Verão de Coimbra*. Belo Horizonte: Fórum, 2022.
- MOREIRA, Vital. *Auto-regulação profissional e Administração Pública*. Coimbra: Almedina, 1997.
- NUNES, António José AVELÃS. *O Estado capitalista e as suas máscaras*. 2. ed. Lisboa: Edições Avante, 2013.
- OTERO, Paulo. *Manual de direito administrativo*. Coimbra: Almedina, 2016.
- PEDRA, Adriano Sant'Ana; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Democracia participativa na perspectiva da participação administrativa: uma proposta de estrutura de governança público-privada das parcerias administrativas digitais entre o Estado e as startups. *Interesse Público – IP*, Belo Horizonte, ano 23, n. 130, p. 229-253, nov./dez. 2021.
- PEDRA, Adriano Sant'Ana; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. *Deveres fundamentais e novas tecnologias: contributos para uma teoria dos deveres fundamentais digitais*, *Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance – RDAI*, São Paulo, v. 7, n. 25, p. 47-72, abr.-jun 2023.

- QUEIRÓ, Afonso. *O poder discricionário da Administração*. 2. ed. Coimbra: Almeida, 1948.
- SADDY, André; SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. O laboratório de inovação como instrumento de estímulo público às parcerias contratuais entre o estado e as *startups*. In: MOTTA, Fabrício; VALLE, Vanice Regina Lírío do (Coord.). *Governo digital e a busca por inovação na Administração Pública: a Lei 14.129, de 29 de março de 2021*. Belo Horizonte: Fórum, 2022.
- SADDY, André. SOUSA, Horácio Augusto Mendes de; RODOR, Fernanda Medeiros e Ribeiro. *Direito público das startups: uma nova governança público-privada nas parcerias administrativas entre o Estado e as entidades de tecnologia e inovação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Empírico Jurídicos, 2021.
- SARLET, G. B. S.; MOLINARO, C. A. Technological society: promotion and protection of human rights. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 20, n. 2, p. 43-64, dez. 2019.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Aspectos jurídicos das parcerias contratuais entre o estado e as *startups* para o fomento ao desenvolvimento de tecnologias e inovações de interesse público a partir do uso da inteligência artificial. In: SADDY, André (Coord.). *Inteligência artificial e direito administrativo*. Rio de Janeiro: CEEJ, 2022.
- SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Direito público das *startups*: novos rumos para as parcerias administrativas contratuais entre o Estado e as entidades de inovação tecnológica. In: NEVES, Rodrigo Santos; CYRINO, Rodrigo Reis; GALVÊAS, Thiago Albani de Oliveira (Coord.). *Direito administrativo: novos paradigmas, tendências e realidade*. Rio de Janeiro: CEEJ, 2021.
- SOUSA, Horácio Augusto Mendes de. Estado Constitucional transformado pela governança por *standards* e indicadores: estudo de caso no direito brasileiro à luz da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 669/DF. In: MORAIS, José Luiz Bolzan de (Org.). *Conexões Estado, Direito e tecnologia*. Vitória: FDV, 2020.
- SOUSA, Susana Aires de. Introduction – AI in the economic sector: prevention and responsibility. In: ANTUNES, Maria João; SOUSA, Susana Aires de (Org.). *Artificial Intelligence in the economic sector: prevention and responsibility*. Coimbra: Instituto jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021.
- VEIGA, Paula. *Direito constitucional e direito internacional no contexto do constitucionalismo global: um roteiro pedagógico*. Forte da Casa: Petrony, 2020.
- VEIGA, Paula. Proporcionalidade e direitos humanos: TEDH e margem de apreciação. In: LOPES, Dulce; COUTINHO, Francisco Pereira; BOTELHO, Catarina Santos (Org.). *O princípio da proporcionalidade: XIII Encontro de Professores de Direito Público*. Coimbra: Instituto Jurídico, 2021.

- VEIGA, Paula. Tomemos a sério a digitalização: *rule of law* também na rede! In: GOMES, Ana Cláudia Nascimento; ALBERGARIA, Bruno; CANOTILHO, Mariana Rodrigues (Coord.). *Direito constitucional: diálogos em homenagem ao 80º aniversário de J. J. Gomes Canotilho*. Belo Horizonte: Fórum, 2021.
- WATT, Horatia Muir. Hospitality, Tolerance, and Exclusion in Legal Form: Private International Law and the Politics of Difference. *Current Legal Problems*, v. 70, Issue 1, p. 111-147, 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.1093/clp/cux004]. Acesso em: 16.03.2022.

## 6. LISTA DE ATOS NORMATIVOS CONSULTADOS

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Lei Complementar 929/2019*. Disponível em: [www.legisweb.com.br/legislacao/?id=385570]. Acesso em: 03.03.2022.
- BRASIL. *Lei Complementar 182/2021*. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/LCP/Lcp182.htm]. Acesso em: 03.03.2022.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Guia para a década digital*. Disponível em: [https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/proposal-decision-establishing-2030-policy-programme-path-digital-decade]. Acesso em: 16.03.2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986*. Disponível em: [www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html]. Acesso em: 22.06.2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Disponível em: [https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf]. Acesso em: 03.03.2022.
- PORTUGAL. *Decreto-Lei 33/2019*. Disponível em: [https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/33-2019-120454167]. Acesso em: 07.03.2022.
- PORTUGAL. *Estratégia Nacional para o Empreendedorismo – 2 anos de Startup Portugal*. Disponível em: [www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=estrategia-nacional-para-o-empendedorismo-2-anos-de-startup-portugal]. Acesso em: 03.03.2022.
- UNIÃO EUROPEIA. *Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia*. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR]. Acesso em: 25.04.2022.
- UNIÃO EUROPEIA. *Convenção Europeia de Direitos do Homem*. Disponível em: [www.echr.coe.int/documents/convention\_por.pdf]. Acesso em: 20.05.2022.
- UNIÃO EUROPEIA. *Declaração sobre Direitos e Princípios Digitais Europeus*. Disponível em: [https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/declaration-european-digital-rights-and-principles#Declaration]. Acesso em: 30.03.2022.

UNIÃO EUROPEIA. *Estados-Membros da UE comprometem-se no Dia Digital a tomar medidas para apoiar o crescimento das startups da UE*. Disponível em: [https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/news/24-eu-member-states-commit-digital-day-take-action-support-growth-eu-startups]. Acesso em: 03.03.2022.

UNIÃO EUROPEIA. *Tratado Fundamental da União Europeia*. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC\_3&format=PDF]. Acesso em: 20.03.2022.



## PESQUISAS DO EDITORIAL



ÁREA DO DIREITO: Administrativo

### Veja também Doutrinas relacionadas ao tema

- A governança transnacional e a cooperação entre os povos na sociedade da informação, de Emerson Penha Malheiro e Caio Sperandéo de Macedo – *RT* 1053/183-197;
- Direito privado brasileiro e direito comunitário ou transnacional na sociedade da informação: formação dos blocos econômicos e regulação comunitária dos direitos privados, de Emerson Penha Malheiro e Marcelo Assis Rivarollí – *RT* 1036/45-57;
- Novos acordos societários para a capitalização de *startups*: os contratos *safe* e *kiss* como instrumentos viabilizadores de financiamento e investimento em *startups* – Uma breve história, modalidades e delineamentos críticos, de Gustavo Pedro de Oliveira Hoerbe – *RDB* 102/193-218;
- O dever fundamental de proteção do patrimônio público, pelas *startups*, por meio da preservação de dados obtidos nas parcerias contratuais com o Estado, de Adriano Sant'Ana Pedra e Horácio Augusto Mendes de Sousa – *RDAI* 28/151-170;
- Panorama jurídico dos investimentos em *startups* no Brasil, de Frederico Augusto Cavalheiro e Carmelo Nunes e Marcelo Barbosa Sacramone – *RDB* 90/159-181; e
- *Startups*: uma análise de suas importâncias para o objetivo constitucional do desenvolvimento à luz da economia liberal, de Daniel Pavão de Melo – *RDTEC* 16.